



TERMO DE REFERÊNCIA

01. OBJETO

Contratação de empresa para a Prestação de Serviço, necessários para transporte dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –SCFV e para os usuários do Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

Identificação

Assunto – Dispensa de Serviço de Transporte

Sector Solicitante – Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação – SEFASCHA

02. PLANILHAS DE ESPECIFICAÇÕES

ITEM	MATERIAIS / ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.
1	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ÔNIBUS COM SAÍDA DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO BIANOR MARTINS ESTEVES EM SÃO JOSÉ AS 5H DA MANHÃ COM DESTINO ALDEIA DAS ÁGUAS PARK RESORT EM BARRO DO PIRAI E COM RETORNO PREVISTO PARA AS 16H - Veículo tipo ônibus executivo c/ ar condicionado e banheiro que comporte no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros. Com motorista – devidamente habilitado, com combustível e todos os acessórios para transporte de pessoas (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e em perfeitas condições de uso.	UND	2

03. JUSTIFICATIVA;

Proporcionar nas viagens as crianças e adolescentes um dia agradável, alegre e incentivando o convívio harmonioso, enfatizando a importância de a criança ter consciência dos seus direitos de ser feliz, de ser valorizada, e amada por todos ao seu redor. Com isso o CRAS por meio da Secretaria de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação – SEFASCHA através destas ações tem como intuito criar um ambiente favorável, oferecendo também um espaço lúdico para a construção da autonomia das crianças, para que as mesmas possam desenvolver – se e descobrirem – se como parte integrante da sociedade, responsáveis, conscientes e principalmente felizes, acarretando a elas um convívio harmonioso. A Própria constituição Federal em seu Art. 227 assegura que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à



cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

04. VALOR ESTIMADO

O valor se dará conforme prévia de mercado;

05. FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA;

5.1 As prestações dos serviços serão acompanhados e fiscalizados por um representante designado para este fim pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Esse representante será a servidora ANA PAULA MAGRANI DA CUNHA, matrícula 3248, Diretora do Departamento Geral de Administração;

5.2 Os Serviços deverão ser executados em acordo com o item 3.0;

5.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

06. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

6.1 SERVIÇOS

6.1.1 Cumprir os prazos estabelecidos, para a prestação dos serviços, locais e horários determinados, não sendo permitido de forma alguma, que haja qualquer atraso na disponibilidade dos serviços;

6.1.2 Arcar com todas as despesas referentes a custos com os materiais e mão de obra;



6.1.3 Assumir, exclusivamente, a responsabilidade pelos serviços, eventualmente subcontratados, como se os tivesse executados;

6.1.4 Responsabilizar-se integralmente, pelos pagamentos referentes a serviços prestados por terceiros, não cabendo a CONTRATANTE, qualquer obrigação sobre eventuais débitos.

07. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Averiguar e acompanhar a prestação dos serviços;

7.2 Efetuar o pagamento no prazo previsto;

7.3 Exigir a fiel observância das especificações e condições previstas neste Projeto Básico;

7.4 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus profissionais, apoiando-a na migração das informações necessárias a prestação de serviço;

7.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais;

08. DO PAGAMENTO:

8.1 O pagamento poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias;

8.2 Para fazer jus ao pagamento a empresa contratada obriga-se a comprovar sua regularidade junto ao INSS, FGTS e Débitos Federais;

8.3 O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, sendo então obrigatória a empresa possuir conta corrente em sua titularidade;

09. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E COMUNS

9.1 O Serviço a ser prestado enquadrar-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às



penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

10.1.1 Pela recusa em assinar o presente contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;

10.1.2 Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;

10.1.3 Pelo retardamento na realização dos serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;

10.1.4 Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não realizados ou realizados em desacordo com as especificações técnicas;

10.1.5 Pelo cancelamento do presente contrato por culpa da CONTRATADA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;

10.1.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

10.1.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

10.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

10.3 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

10.3.1 O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;